



Agroecologia e a Pesquisa Ação Participativa: virada onto-epistemológica *Agroecology and the Participatory Action Research: an onto-epistemology twist*

RUPP, Luísa Millan¹; NASCIMENTO, Maurício Reinert do²

¹Universidade Estadual de Maringá. E-mail: pg54749@uem.br

²Universidade Estadual de Maringá. E-mail: mrnascimento@uem.br

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Construção do Conhecimento Agroecológico

Resumo: O ensaio teórico discute as potencialidades da aliança entre a Agroecologia e a Pesquisa Ação Participativa (PAP) para construção de novas epistemologias com os saberes sobre as lutas sociais e processos emancipatórios. O objetivo geral desse ensaio teórico é discutir a tese: “A agroecologia é uma virada onto-epistemológica na qual a escolha da estratégia metodológica da Pesquisa Ação Participativa (PAP) constrói o conhecimento agroecológico emancipatório situado no campo”. Assim, estabeleço os seguintes argumentos dessa ligação: 1) a PAP possibilita enfrentar a ruptura da produção de conhecimento pelo modelo de desenvolvimento capitalista globalizado; e o 2) A PAP possibilita a coconstrução de conhecimento emancipatório por métodos de participação democrática e ação para mudança social.

Palavras-chave: saberes; epistemologia; estratégia metodológica; pós-desenvolvimento.

Introdução

O modelo de desenvolvimento fundamentado no desenfreado crescimento econômico defendido pelas Nações Unidas possui diversas consequências, desde injustiças ao declínio ecológico. Sendo historicamente baseado em concentração de poder, monopólios corporativos, neocolonialismo, e instituições patriarcais. Analogamente Kothari *et al.* (2019) criticam o termo *desenvolvimento* por ser uma palavra plástica de significado vazio e falho em acabar com a pobreza. Essas críticas se encontram com as Teorias Decoloniais quando sublinham os limites da visão eurocêntrica na produção de conhecimento. Pois a contínua produção sobre o Sul Global seguindo o corpus *mainstream* têm como consequência reproduzir assimetrias pois investiga com conceitos importados do Norte Global ao invés de criar ideias e construções baseadas nas experimentações do Sul Global.

Ademais, como escolher a estratégia metodológica com a virada onto-epistemológica sobre as apropriações da produção do conhecimento? Para quem? Para quê? Como unir conhecimento popular e científico? No cenário do conhecimento produzido e compartilhado, acessível a todos, a estratégia da Pesquisa Ação Participativa (PAP) é uma práxis de experimentação coletiva com a circulação e produção de novos significados e normas sociais orientadas ao futuro sustentável, decolonial e de equidade na pesquisa social (RAPPAPORT, 2020). A PAP com o intuito de reivindicar estruturas colaborativas busca superar e reconhecer como se envolver e entender o mundo, ao ponto em que amplia a aprendizagem e humildemente a promulgação do “futuro” (BRADBURY, 2021). Essa



estratégia metodológica originou-se entre 1960 e 1970 e possui como principais fundadores o sociólogo colombiano Fals-Borda (FALS-BORDA; RAHMAN, 1991) e o educador brasileiro Paulo Freire (1970). De tal forma, construíram princípios que baseiam todo o processo como: a educação e a ação sociopolítica, na qual a pesquisa é conduzida por diferentes agentes a trabalharem juntos para a transformação social.

Considerando o exposto acima, a questão de pesquisa que norteará esse trabalho é: quais as potencialidades da aliança entre a Agroecologia e a Pesquisa Ação Participativa (PAP) para construção de novas epistemologias com os saberes sobre as lutas sociais e processos emancipatórios? Desse modo, o objetivo geral desse ensaio teórico é discutir a tese: “A agroecologia é uma virada onto-epistemológica na qual a escolha da estratégia metodológica da Pesquisa Ação Participativa (PAP) constrói o conhecimento agroecológico emancipatório situado no campo”. De tal forma, estabeleço os seguintes argumentos dessa ligação: argumento 1) A PAP possibilita enfrentar a ruptura da produção de conhecimento pelo modelo de desenvolvimento capitalista globalizado; e o argumento 2): A PAP possibilita a co-construção de conhecimento emancipatório por métodos de participação democrática e ação para mudança social.

Para tal, as justificativas deste trabalho seguem a contribuição da coprodução do conhecimento, e a ação da contribuição científica e social. A coprodução de conhecimento através da PAP com métodos participativos que envolve o participante da pesquisa como pesquisador local em cada passo da pesquisa, desde a definição do objetivo geral ao processo de coleta, análise e discussão dos dados, nessa tomada de decisão são produtores de conhecimento, em colaboração com os demais pesquisadores. Assim se alinha ciência e tecnologia ao ser uma inovação intercultural de coautoria da construção de conhecimento entre pesquisadores universitários e pesquisadores participantes locais da comunidade e contribui no maior engajamento e alcance de melhores resultados com valorização da autonomia. Tal qual a contribuição da Agroecologia possibilita o enfrentamento dos padrões hegemônicos do sistema agroalimentar, ao estimular reflexões e ações para na prática construir os mundos possíveis, através de estratégias viáveis que se movam a um futuro preterido. Além de subsidiar formulação de políticas ao suporte de movimentos sociais e ação coletiva com a sociedade civil. A contribuição social é motivar e empoderar cidadãos, decisores de políticas públicas, ativistas a (re)interação para o bem-estar e equidade.

Resultados e Discussão

Inicialmente é importante afirmar que a PAP não é um manual técnico de métodos e checklist. Assim como a Agroecologia elas se constroem no campo baseadas em seus princípios norteadores ao futuro preterido. Pois se fundamentam neles para orientar a diferentes práticas em tempos e espaços distintos para a construção do conhecimento agroecológico que alie educação, extensão e pesquisa. Além, a máxima de aprender, fazer, compreender e legitimar, vão além da valorização dos



conhecimentos de comunidades rurais, e das Memórias das Sabedorias locais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008), pois refletem as práticas situadas de comunidades tradicionais seja rurais, camponesas ou de povos originários, que atuam sobre sua própria realidade para subsistência, resiliência e emancipação.

Logo o primeiro argumento de que a PAP possibilita enfrentar a ruptura do modelo de desenvolvimento capitalista globalizado é através da perspectiva da teoria do pós-desenvolvimento e a relação com a PAP. Portanto o debate sobre o modelo de desenvolvimento segundo a teoria do Pós-Desenvolvimento (DP) é uma perspectiva crítica radical decolonial. A medida que se opõe ao discurso hegemônico imperialista de expansão do capitalismo que intensifica as assimetrias de um “centro econômico global” e suas “periferias”. Os teóricos pós-desenvolvimento como Arturo Escobar e Ashish Kothari revelam a crise desse modelo por seus limites de crescimento que leva a insustentabilidade do planeta Terra para a sobrevivência dos seres vivos. E advogam por uma transformação sócio-ecológica, em que só pode ocorrer se antes houver uma transição epistemológica e ontológica, de modos de pensar, modos de viver, modos de sentir, e outros conhecimentos a serem explorados. Assim nessa virada da abordagem ontológica e epistemológica decolonial da PAP e a perspectiva holística da Agroecologia de reconhecer múltiplos conhecimentos, essas questionam as assimetrias de poder do Norte Global e Sul Global, e advogam por valores e visões da “melhor vida”.

Em paralelo o segundo argumento é que a PAP possibilita a coconstrução de conhecimento emancipatório por métodos de participação democrática e ação para mudança social. De tal forma seus princípios são desde a sua origem nos movimentos sociais e intelectuais políticos progressistas entre a década de 1960 e 1970, sobre os fundamentos do sociólogo colombiano Fals-Borda e do educador brasileiro Paulo Freire. O primeiro teórico que cunhou o termo pesquisa ação participativa foi Fals-Borda em 1970 na Colômbia. Seus estudos foram pautados em princípios socialistas do século XX em comprometimento com a pesquisa ativista a serviços de movimentos indígenas e camponeses para diretamente desafiar o status quo de interesse de grupos dominantes, ele argumentava que seu pensamento era dominado pela *ciência popular* e contra a *ciência da burguesia*. Para ele os ingredientes da PAP são: a educação, pesquisa e ação sociopolítica, conduzida por diferentes agentes a trabalharem juntos para a transformação social. Logo é através de princípios emancipatórios, métodos participativos, relações horizontais que se promove a transformação da pesquisa em conscientização e organização política para materializar a inclusão, transparência à justiça social (RAHMAN, 2008). Ou seja, a legitimidade da PAP está no valor educativo, eficácia política e adequação moral.

Sob o mesmo ponto de vista, Paulo Freire fundamentou os princípios da PAP de processos emancipatórios, métodos participativos e relações horizontais. A pedagogia freireana é fundamentalmente problematizadora para criar oportunidades do sujeito buscar se desenvolver uma forma de “conscientização socioecológica” alinhada a epistemologia crítica, participação democrática à emancipação social,



que desafie os arranjos colonial-capitalistas que alimentam a devastação ambiental e as desigualdades sociais em todo o mundo. Afinal o conceito de práxis (FREIRE, 1970) representa esse estímulo à conscientização de desenvolver a ação e reflexão crítica com objetivo de participação política e emancipação social. A sensibilização é o modo como acontece o processo da práxis dos membros da pesquisa, se engajam em ação e autorreflexão, passos necessários para estimular o pensamento crítico e ação das pessoas do campo estudado. Termo com significado contrário ao de “treinamento”, pois não se “treina” a auto investigação e auto indagação (RAHMAN, 2008). Portanto a coconstrução de conhecimento emancipatório por métodos de participação democrática é quando pessoas comuns participam ou assumem o controle da investigação com compromisso de romper com convenções tradicionais de pesquisa envolvendo o “pesquisado” em algumas ou todas as etapas do processo de pesquisa.

Ou seja, a coconstrução de conhecimento emancipatório agroecológico só é possível seguindo o princípio do método participativo na qual os participantes são ativos e transformam suas realidades. É um modelo democrático de processo participativo dos processos de pesquisa de movimentos sociais de comunidades marginalizadas, que experienciam problemas para atuar sobre sua própria realidade. Além disso, há a valorização do conhecimento prévio e popular à integração do conhecimento científico para resolver problemas de rupturas sociais. Assim são agentes de mudança, ao coletar, compartilhar, refletir, e analisar seu conhecimento de vida e da terra. A agroecologia ressignifica as práticas do manejo da terra e socialização de territórios. Para a diversidade cultural dos povos do campo. Ao contrário de abordagens tradicionais que centram os designs no pesquisador, o design da PAP é centrado nas experiências do participante no campo da empiria, e não em questionamentos derivados fundamentalmente da literatura acadêmica. Há a revalorização dos saberes locais e manejo dos recursos naturais aliado aos saberes da origem acadêmica.

Para tal, almejar os métodos de participação democrática é a partir da reflexão de relações de equidade na pesquisa social: o que significa criar relações de igualdade na pesquisa? O que os movimentos sociais podem aprender com a história e como a investigação histórica pode ser usada para promover uma sociedade mais justa? Como uma pesquisa pode ser associada com objetivos políticos progressistas? Como a história das ciências sociais pode se tornar mais do que um exercício acadêmico? (RAPPAPORT, 2020). Esses direcionam a escolha dos métodos que mais se adequem ao contexto e a estabelecer o princípio da relação horizontal. A principal promessa da PAP é através da coconstrução de conhecimentos emancipatórios de trabalho conjunto no processo em que a ação e pesquisa são simultâneos e inseparáveis. Ou seja, o princípio da relação horizontal dos participantes é fundamentado nos princípios de Freire de contínuo processo de desafiar a centralização do poder para atingir a posição mais igualitária possível. Sendo que a percepção, conhecimento e crítica de quem está de dentro da comunidade não é automaticamente acessível a quem está de fora (FINE et al., 2003). Ao focar nas relações horizontais para eliminar distinções entre o



pesquisador e o “pesquisado”, ao encorajar o diálogo entre o conhecimento popular e o científico para transformação da pesquisa em um instrumento para despertar a consciência social e organização política (RAPPAPORT, 2020). Reconhecer a liberdade relativa e responsabilidade dos pesquisadores *outsiders* para pensar criticamente e construir com os *insiders* sobre as possibilidades e limites da pesquisa ação participativa. A reflexão coletiva da agência dos atores das comunidades que desafiam as visões dominantes e atuam sobre a própria realidade.

A medida que a Agroecologia enquanto ciência e prática agrícola diária tem aspiração de futuro para promover o desenvolvimento rural sustentável na agricultura familiar. Um dos pontos de encontro é por ser uma disciplina híbrida que congrega conhecimentos tanto da ciência social como também da ciência natural. Ou seja, desde a pesquisa ecológica e agrícola com a empiria dos ecossistemas e modos de produção em base ecológica, com a produção de conhecimento com os múltiplos saberes do campesinato a valores de subsistência, soberania alimentar e bem-estar. Alguns autores a definem como uma abordagem transcultural, participativa e orientada para a ação, assim como a nova expressão da PAP com foco na inovação científica e tecnológica baseada em práticas e conceitos interculturais de diálogo e coprodução do conhecimento (TOLEDO, 2019). Portanto assim como para Victor Manuel Toledo em uma entrevista à Revista Agriculturas (QUIROZ, 2016), também advogo que a agroecologia é uma revolução epistemológica e um salto metodológico, pois é uma ciência política socialmente comprometida na qual critica os paradigmas do sistema de pesquisa tradicional, disseminação do conhecimento e o papel subjugado do agricultor no sistema agroalimentar. Portanto é uma ciência-movimento-prática que resulta da colaboração entre o conhecimento popular e o conhecimento acadêmico. A exemplo da metodologia campesino do compartilhamento entre os agricultores de suas experiências, avaliativas, monitoramento, auto decisão do processo nos seus contextos locais. As práticas agrícolas empíricas respondem à necessidade da abordagem com e para os movimentos sociais rurais. Os agroecólogos reconhecem as visões bioculturais dos agricultores, saberes e práticas geracionais, como base para inovação científica e tecnológica da coprodução de conhecimento.

Conclusões

Em suma, os argumentos da ruptura de modelo de desenvolvimento e a coconstrução de conhecimento emancipatório permitem afirmar a seguinte tese: “A agroecologia é uma virada onto-epistemológica na qual a escolha da estratégia metodológica da Pesquisa Ação Participativa (PAP) constrói o conhecimento agroecológico emancipatório situado no campo”. Esse argumento é fundamental e necessário para a contribuição de uma agenda crítica de investigação progressista política com elementos emancipatórios, radicais e decoloniais presentes na aliança da Agroecologia e a PAP. A realidade das comunidades tradicionais é o centro para fazer ciência local, ciência indígena, decolonial, de gênero, sexualidade, desenvolver status político de pesquisas alternativas frente modelo hegemônico



torna-se um critério de validação do conhecimento orientado para ação. A revolução epistemológica e social que se articulam a produção de conhecimento por aspiração de futuro na mudança social são naturezas capazes de modificar a forma de vida, a existência da vida humana. A construção de conhecimento que alia universidade e comunidade com a coprodução dos saberes necessita desvelar práticas locais alternativas que mesclam territórios, políticas e civilização. Orientada a coconstrução de soluções aos desafios sociais e ecológicos. E isso é possível através da estratégia da PAP pela ação coletiva ao se basear em princípios emancipatórios, métodos participativos e relações horizontais que possibilitam o engajamento com várias dimensões a social, ambiental, científica e econômica.

Referências bibliográficas

BRADBURY, Hilary. Action Research – Participative Self in Transformative Action. *In: The SAGE Handbook of Participatory Research and Inquiry*. 1 Oliver's Yard, 55 City Road London EC1Y 1SP: SAGE Publications Ltd, 2021. p. 185–196.

FALS-BORDA, Orlando.; RAHMAN, Mohammad Anisur. **Action and Knowledge: breaking the monopoly with participatory action research**. New York: The Apex Press, 1991.

FINE, Michelle; et al. Participatory action research: From within and beyond prison bars. *In: CAMIC, Paul M.; RHODES, Jean E.; YARDLEY, Lucy. Qualitative research in psychology: Expanding perspectives in methodology and design*. Washington: American Psychological Association, 2003. p. 173–198.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra SA., 1970.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (eds.). **Pluriverse: a post-development dictionary**. New Delhi: Tulika Books, 2019. 384 p.

QUIROZ, Diana. Entrevista com Victor M. Toledo: A Agroecologia é uma revolução epistemológica. **Agriculturas**, v. 13, p. 42–45, 2016.

RAHMAN, Mohammad Anisur. Some trends in the praxis of participatory action research. *In: REASON, Peter; BRADBURY, Hilary. The SAGE Handbook of Action Research Participative Inquiry and Practice*. SAGE Publications Ltd, 2008. p. 49–62.

RAPPAPORT, Joanne. **Cowards don't make history: Orlando Fals-Borda and the origins of participatory action research**. Duke University Press, 2020.

TOLEDO, Victor. M. Agroecology. *In: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto. Pluriverse: a post-development dictionary*. New Delhi: Tulika Books, 2019. p. 85–88.



TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **La memoria biocultural: la importancia ecológica de las sabidurías tradicionales.** Icaria Editorial, 2008.